

## *Os africanos Maria Rita da Conceição e José Manoel Antônio: trajetórias afrodiaspóricas de associativismo, parentesco, trabalho e amizade*

*Africans Maria Rita da Conceição and José Manoel Antônio: afrodiaporic trajectories of associativism, kinship, work and friendship*

Paulo Roberto Staudt Moreira\*

**Resumo:** A pesquisa histórica no Rio Grande do Sul se confunde com investigações que, ao longo de décadas, procuraram, mais do que conhecer as bases de nossa sociedade em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, enaltecer *troncos* familiares e grupos étnico-raciais específicos. Assim, percebe-se um entrelaçamento, por vezes positivo, mas muitas vezes nocivo, entre genealogia e história, já que as histórias familiares que daí provêm não são, em grande parte, de grupos subalternizados. O desenvolvimento de uma identidade de forte verniz eurocêntrico, no Brasil meridional, atingiu os círculos editoriais e mesmo as formas de arranjo documental em muitos lugares gaúchos de memória, fomentando e facilitando pesquisas que projetassem genealogias de famílias *brancas* ou, pelo menos, socialmente *brancas*. A proposta deste artigo é propor investimento na pesquisa de trajetórias de indivíduos e famílias negras, protagonizando tais personagens em um processo

histórico-regional-nacional marcado pela multiracialidade. Nos deteremos em um núcleo familiar negro em especial, formado pelo africano da costa José Manoel Antônio e pela *cassanje* Maria Rita da Conceição. Esse casal afrodiaspórico teve dois filhos, o sapateiro José Manoel Antônio Filho e o pedreiro Florêncio Manoel Antônio. Não sabemos no que se ocupava Maria Rita, mas os dois *Josés*, pai e filho, e Florêncio trabalhavam como *artistas*, ou seja, trabalhadores manuais especializados. Os dois filhos desse casal africano atuaram na direção da primeira associação negra (não religiosa) do Rio Grande do Sul, a “Sociedade Beneficente Floresta Aurora”, criada em Porto Alegre, em 1872. Focar em um personagem ou grupo familiar nunca é um exercício restrito a poucos indivíduos, já que as relações se espraiam em redes de parentesco e familiaridade, amizade, associativismo e devoção. Vivendo a precariedade estrutural da liberdade em uma sociedade ainda escravista, essa família negra, egressa do cativo,

\* Doutor em História pela UFRGS. Professor Titular na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista produtividade CNPq, e-mail: moreirast@terra.com.br

forjou estratégias sociais que lhe permitiram demarcar seu distanciamento da escravidão.

**Palavras-chave:** Associativismo negro. Direitos. Cidadania.

**Abstract:** Historical research in Rio Grande do Sul is mixed with investigations that, over the decades, have sought, rather than knowing the foundations of our society in its political, economic and cultural aspects, to enhance family trunks and specific ethnic-racial groups. Thus, a sometimes positive but often harmful interweaving between genealogy and history is perceived, since the family histories that come from it are not largely from subordinate groups. The development of a strong Eurocentric varnish identity in southern Brazil has reached editorial circles and even forms of documentary arrangement in many gaucho places of memory, fostering and facilitating research projecting genealogies of white or at least socially white families. The purpose of this article is to propose the investment in the research of trajectories of black individuals and families, leading such characters in a regional and national historical process

marked by multiraciality. We will stop at a special black family nucleus, formed by the coast african José Manoel Antônio and the cassanje Maria Rita da Conceição. This aphrodisporic couple had two children, the shoemaker José Manoel Antônio Filho and the bricklayer Florêncio Manoel Antônio. We do not know what Maria Rita was concerned with, but both *Josés*, father and son, and Florencio worked as artists, that is, skilled manual workers. The two children of this African couple acted in the direction of Rio Grande do Sul's first black (non-religious) association, the "Floresta Aurora Charitable Society", created in Porto Alegre, in 1872. Focusing on one character or family group is never an exercise restricted to a few individuals, since the relationships spread in kinship and familiarity networks, friendships, associativism, devotion. Living the structural precariousness of freedom in a still-slave society, this black family in captivity forged social strategies that allowed it to demarcate its distance from slavery.

**Keywords:** Black associativism. Rights. Citizenship.

“Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz”.

(Mia Couto, Terra Sonâmbula, 2007, p. 15).

A pesquisa histórica no Rio Grande do Sul se confunde com investigações que, ao longo de décadas, procuraram, mais do que conhecer as bases de nossa sociedade em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, enaltecer *troncos* familiares e grupos étnico-raciais específicos. Assim,

percebe-se um entrelaçamento, por vezes positivo, mas muitas vezes nocivo, entre genealogia e história, já que as histórias familiares que daí provêm não são, em grande parte, de grupos subalternizados. Quem frequenta arquivos históricos no Estado percebe um público assíduo e mesmo semiprofissionalizado que garimpa documentos diversos (eclesiásticos, administrativos, judiciários), preenchendo, de forma competente e tenaz, lacunas de suas trajetórias familiares e grupos comunitários. Por vezes tais investimentos investigativos almejam conectar histórias imigracionistas transatlânticas, visando à obtenção de dupla cidadania com Estados europeus de origem, facilitando, assim, o turismo e a mudança em busca de melhores condições de trabalho e estudo.

Não se trata de criticar e mesmo de descartar pesquisas feitas com foco nas histórias genealógicas pessoais dos pesquisadores, mas demarcar que elas têm sido desenvolvidas sob recortes específicos. A historiadora Sheila de Castro Faria, por exemplo, nos agradecimentos de seu clássico livro *Colônia em movimento* (1998), cita um genealogista e, ao mesmo tempo, congratula-se com o historiador João Fragoso (“nos encontramos na diferença”) – ele no macro e ela no micro.<sup>1</sup> O historiador Fabio Kuhn em sua tese de Doutorado, explica quatro enfoques disciplinares sobre os “estudos historiográficos sobre a família moderna”: o demográfico, o econômico-sociológico, o antropológico e o genealógico. Quanto a este último, a genealogia, Kuhn explica que ela “examina a formação dos grupos de parentesco ao longo do tempo [e] permite identificar, por exemplo, os sucessos e fracassos das estratégias empregadas” (2006, p. 16).

Frequentador assíduo de lugares de memória que custodiam acervos de variados suportes, Fabio Kuhn não evita o uso de publicações produzidas por genealogistas e publicadas em singulares periódicos (*Revista Genealógica Brasileira*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*) ou em livros de referência (como os *Troncos seculares*, do pesquisador João Borges Fortes e a *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* do linhagista Pedro Taques de Almeida Paes Leme).

O desenvolvimento de uma identidade de forte verniz eurocêntrico, no Brasil meridional, atingiu os círculos editoriais e mesmo as formas de arranjo documental em muitos lugares gaúchos de memória, fomentando e facilitando pesquisas que projetassem genealogias europeias (OLIVEN,

1996; SILVA; SANTOS, 2009). Investimentos dirigidos ao arranjo e à divulgação de fundos documentais diretamente relacionados à imigração europeia (que funcionavam em íntima associação com propostas editoriais voltadas ao público dos genealogistas e aos que buscavam documentos comprobatórios para dupla cidadania) dialogaram, ao longo de décadas, com a invenção, o enaltecimento e a naturalização do protagonismo único de personagens euro-branco-cêntricos.

Nos últimos anos, entretanto, o surgimento, o espraiamento e a sofisticação dos programas de pós-graduação das ciências humanas (em especial da história, da arquivologia, da museologia/patrimônio, da antropologia) têm inserido, nas agendas de pesquisa, não só as fontes históricas, mas as próprias instituições custodiadoras de acervos documentais. Sabemos, hoje, que os arquivos estão distantes daquelas imagens que os viam “como produto final de uma série de intervenções de caráter técnico – atividades supostamente *naturais* de classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos” (CUNHA, 2004, p. 291). Os lugares de memória (arquivos e museus, por exemplo), exprimem, em seus arranjos, ideologias nacionais (municipais e estaduais) que acarretam visibilidades e invisibilidades raciais, políticas, etc. Assim agindo, essas instituições acatam (consciente ou inconscientemente) ingerências político-raciais que influenciam no seu próprio funcionamento, criando condições que facilitam determinadas investigações, ao mesmo tempo que obstaculizam outras.<sup>2</sup>

Foi preciso solidificar a democracia brasileira (hoje tão ameaçada em seus fundamentos de imprescindível diversidade), aceitando e incorporando as positivas e propositivas pressões dos movimentos sociais nas pautas de pesquisas acadêmicas, para que os arranjos documentais e as agendas dos lugares de memória estatais e municipais se desnaturalizassem, se configurando como resultados de campos de disputa político-memorialística. Passou-se a perceber esses lugares de memória como *artefatos dotados de historicidade*, intrinsecamente relacionados e influenciados em sua funcionalidade e geração de sentidos com narrativas identitárias nacionais e regionais (HEYMANN, 2012; FERNANDES, 2012; SILVA, 2019; FRAIZ, 1998).

Assim, **o caráter artificial, polifônico e contingente** das informações contidas nos arquivos – bem como as modalidades de uso

e leituras que ensejam — têm sido repensados (Davis 1987; Farge 1989; Ginzburg, 1991). Diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos acervos arquivísticos convergem em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas – sujeitas à leitura e novas interpretações (FOUCAULT 1986; CUNHA, 2004, p. 293, grifos nossos).

Se compulsarmos as publicações genealógicas, veremos essa ênfase em pesquisas que protagonizam famílias e indivíduos brancos ou que a sociedade e a história tornaram *socialmente brancos*, invisibilizando suas cores e simplificando seus lugares sociais e pertencimentos étnico-raciais. Podemos citar, apenas como exemplo de pesquisas que se desviaram nos últimos anos dessa tendência, dois textos de uma mesma autora. A historiadora Letícia Rosa Marques, influenciada teórica e metodologicamente pela micro-história, deu ênfase, nas suas pesquisas, à (re)construção de trajetórias de indivíduos que eram já bastante conhecidos pela historiografia e pela memória regional, mas não tinham sua identidade racial colada à sua biografia. Para levar a cabo essa proposta, Marques ainda escolheu um período magno da identidade gaúcha, o *decênio glorioso* da guerra civil de 1835 a 1845. Se já sabíamos que a Guerra Civil Farroupilha se alongou tantos anos porque contou com um crescente contingente de guerreiros negros peleando tanto nas forças legalistas como nas republicanas (CARVALHO, 2013) (recrutados compulsoriamente ou que se apresentaram voluntariamente), MARQUES (2013, 2017) evidenciou que muitos indivíduos situados nos postos de oficiais também possuíam ancestralidades assentadas no cativeiro e na diáspora africana, como os charqueadores Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos e o maestro Joaquim José de Mendanha.<sup>3</sup>

Curiosamente, em um projeto voltado à trajetória de um professor e advogado negro, encontramos esse personagem envolvido, ele mesmo, em interesses genealógicos. Trata-se de Alcides de Freitas Cruz, que nasceu no ano de 1867 em Porto Alegre, falecendo em 1916, na mesma cidade. Ele era o filho mais novo de Manoel Pinto Lacerda da Cruz e de Adelaide Leopoldina de Freitas. Formou-se agrimensor na Escola Militar de Porto

Alegre, em 1885, e se bacharelou na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1897. Alcides foi fundador e professor na Escola Livre de Direito, criada em Porto Alegre, em 1900 e deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense por sete legislaturas. Nascido de um ventre negro já livre, Alcides de Freitas Cruz era neto de pardos e pretos forros.

Mesmo que o prestígio que ele e a sua família acumularam garantisse um lugar social estável e a invisibilidade de sua cor na maioria dos registros documentais públicos, incluindo o seu registro de batismo, pelo menos por três vezes, ele foi ofendido com desacatos raciais, o que nos permitiu perceber a plena consciência que ele tinha de seu pertencimento genealógico e as elaborações mentais que ele manejava com relação à estrutura racista em que era obrigado a viver.

Em 9 de julho de 1913, por exemplo, o Professor Alcides de Freitas Cruz publicou um artigo, na primeira página do jornal republicano *A Federação*, chamado “Troco Miúdo”. Nesse artigo, o Professor Alcides rebatia outra publicação de autoria do Advogado Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, com quem ele disputara, juridicamente, os limites entre os Municípios de Santo Antônio e Conceição do Arroio (Osório). Derrotado no campo judiciário, Cavalcanti de Albuquerque tentou achincalhar Alcides descrevendo-o como negro, que lhe respondeu à altura:

[...] Das suas espojaduras, porém, não me atinge a lama.  
Reduz-se, tudo, portanto, em saber se depois da misérrima  
escrevedura de domingo, esse velho Diogo se elevou aos olhos  
da população desta Capital, e se eu descí no conceito da mesma,  
bem como até que ponto, por efeito disso, eu descí e ele ascendeu.  
Que não sou branco... Eis a estupenda clava... de sebo, com que  
o paspalhão julgou achatá-me!  
Sim, não sou branco; mas não deploro que a natureza tivesse  
sido avara em dar a minha pele menos alvinitência que a outros,  
acidente que afinal não dá para deplorar; pois em nada me há  
prejudicado na estima dos homens de bem e na consideração da  
melhor sociedade.  
O que para mim seria de deplorar, reputando mal irreparável,  
é que os contemporâneos me privassem desta estima pública

prestada por muitas gerações passadas aos meus avós.  
Nem outra coisa pretendo e aspiro senão a *existimatio*, que muitos em vão cobiçam.<sup>4</sup>

Dando sequência à sua verve erudita, bacharelesca e ácida, o Professor Alcides de Freitas Cruz devolve a ofensa, assumindo seu pertencimento racial – *Sím, não sou branco!* – e clamando a seu favor o prestígio social (a *estima dos homens de bem*) armazenado por sua família ao longo de várias gerações. Para reforçar que ali estava se posicionando não apenas como um indivíduo, mas como representante de uma família negra conhecida e respeitada há gerações naquela sociedade, Alcides esgrima suas armas de historiador-genealogista, explicando a origem de sua *cor*:

Não sou branco, porque minha mãe e minha vó e minha bisavó não eram; mas que aqui viveram; como muitas famílias de cor; que vieram acompanhando outras, a estabelecer-se em São Francisco do Porto dos Casais, quando foi a famosa *corrida*, por efeito da lastimável rendição da Colônia do Sacramento, em 1763. Que era então o Porto Alegre de hoje, que não a mal conhecida póvoa daquele nome, recém provida em freguesia? Da vinda dessas famílias de cor, cuja descendência perdura, vive honradamente e é de fácil nomeação, há provas nos arquivos eclesiásticos – assentamentos de óbitos, batizados e casamentos. Quanto a meu pai, Manoel Pinto Lacerda da Cruz, ignoro se era branco, porque quando faleceu ainda eu não tinha um ano de idade. Mas como era de Pernambuco, nascido em Goiana, segundo consta no assentamento de casamento de minha mãe, dirão os de lá. Sei que veio devido a Revolução Praieira (1848). Diga, porém, quem o souber, quem eram os Lacerdas de Goiana, que a mim nada importa, porque nunca os procurávamos. Meu avô materno, Joaquim Pedro de Freitas, oficial da Legião de São Paulo, era dos Freitas daquela Capitania, referidos em mais de um passo na *Nobiliarchia Paulista* de Pedro Taques e na *Genealogia Paulista* de Almeida Leme.

A argumentação do Professor Alcides de Freitas Cruz parece colocá-lo como avesso à branquitude, com a qual não se identificava, provavelmente

sabendo dos obstáculos que sua família não branca havia enfrentado e ultrapassado, relacionados à sua cor. A identidade racial do Professor Alcides de Freitas Cruz parece estear-se no rechaço a uma branquitude que seria por ele considerada como articulada com privilégios inerentes a determinado posicionamento sociorracial. Ele, em contraposição, ostenta orgulhoso os serviços prestados por seus antepassados negros e o prestígio comunitário que eles angariaram com isso. Assumir uma pretensa branquitude, para ele, seria negar seu patrimônio afetivo-familiar.

O conhecimento de pesquisa histórica e genealógica do Professor Alcides de Freitas Cruz permitiu-lhe nos legar essa aula de discernimento quanto às potencialidades de cada fonte manejada. Ele parece pouco interessado nos legados dos *troncos seculares* de sua família paterna (“que a mim pouco importa, porque nunca os procurávamos”), mas sabe que dados a respeito podiam ser encontrados em bibliografia já tradicional de referência genealógica (na *Nobiliarchia paulista*, de Pedro Taques e na *Genealogia paulista*, de Almeida Leme). Mas e quanto ao seu pertencimento racial, ele explica que vinha de sua ancestralidade feminina/materna – “Não sou branco, porque minha mãe e minha vó e minha bisavó não eram.” Mas fora dos livros tradicionais que enalteciam personalidades e famílias nodais de nossa história pátria, seria possível construir trajetórias e genealogias de núcleos formados por subalternizados? O professor negro Alcides de Freitas Cruz nos alerta que *sim* e aponta a direção: “Da vinda dessas famílias de cor, cuja descendência perdura, vive honradamente e é de fácil nomeação, *há provas nos arquivos eclesiásticos – assentamentos de óbitos, batizados e casamentos*” (grifos nossos).

O objetivo deste artigo é propor investimentos na pesquisa de trajetórias de indivíduos e famílias negras, protagonizando tais personagens, em um processo histórico-regional e nacional, marcado pela multirracalidade. Nos deteremos em um núcleo familiar negro em especial, formado pelo africano da *costa* José Manoel Antônio e pela *cassanje* Maria Rita da Conceição. Esse casal afrodiaspórico teve dois filhos, o sapateiro José Manoel Antônio Filho e o pedreiro Florêncio Manoel Antônio. Não sabemos no que se ocupava Maria Rita (que certamente não estava afastada dos mundos do trabalho femininos do período), mas os dois *Josés*, pai e filho, e Florêncio trabalhavam como *artistas*, ou seja, trabalhadores manuais especializados (respectivamente, sapateiros e pedreiro). Focar em

um personagem ou grupo familiar nunca é um exercício limitado, já que as relações se espraiam em redes de parentesco e familiaridade, amizades, associativismo e devoção. Vivendo a precariedade estrutural da liberdade em uma sociedade ainda escravista, essa família negra egressa do cativeiro forjou estratégias sociais que lhe permitiram demarcar seu distanciamento da escravidão. Os dois filhos crioulos desse casal africano atuaram na direção da primeira associação negra (não religiosa) do Rio Grande do Sul, a “Sociedade Beneficente Floresta Aurora”, criada em Porto Alegre, em 1872.

A Sociedade Floresta Aurora foi formada, conforme Liane Muller, por um grupo de indivíduos que pertenciam à Irmandade do Rosário e constituíram formas organizativas de caráter civil que eram autônomas a própria Irmandade. Essa associação foi o primeiro clube social formado por afrodescendentes em Porto Alegre. Surgida em 1872, como Sociedade Musical, com o passar dos anos, a Sociedade Floresta Aurora desdobrou-se em diversas ramificações que atendiam suas distintas finalidades. Tornou-se sociedade dançante e beneficente, agregou um centro dramático e um centro de “moças”, apresentava ainda outra divisão denominada Recreio Floresta Aurora, destinada a atividade de lazer, e também constituiu outra banda de música, denominada Sociedade Musical Lyra Florestina, fundada em 1898. [...] Interessa pontuar que: a Sociedade Floresta Aurora surgiu como Entidade Musical; a Irmandade do Rosário era influente quando de sua fundação, visto que seus fundadores eram irmãos dessa mesma instituição religiosa; embora apresente diversas ramificações, o seu núcleo central era denominado de Sociedade Floresta Aurora; e apresentava mais de uma banda de música, sendo a principal referenciada como Banda da Floresta Aurora (a outra era a Lyra Florestina)” (BOHRER, 2014, p. 95-96).

## O africano José Manoel Antônio

Um suposto roubo ocorrido em uma alfaiataria, no centro de Porto Alegre, nos permitiu obter algumas informações sobre o sapateiro africano

José Manoel Antônio.<sup>5</sup> Em janeiro de 1857, foram desviadas algumas mercadorias pertencentes a Guilherme Vielitz, instalado com uma oficina de alfaiate na Rua da Praia, as quais teriam sido subtraídas por dois sapateiros escravizados que ali trabalhavam alugados: o preto Francisco, de 19 anos de idade, solteiro, natural de POA, analfabeto, escravizado de José Francisco de Azevedo e o também preto José, com 21 anos, solteiro, dessa Província, filho de Domingos Monção e Rita Maria da Conceição, escravizado de Luiza Joaquina de Matos. As peças roubadas da alfaiataria – bengalas, corte de casimira, alpaca, sarja – foram orçadas em 312\$500 réis, carregadas pelos gatunos no lombo de uma égua.

O liberto Manoel Inácio da Silva (20 anos, desta Província, solteiro, alfaiate, alfabetizado) contou que o réu José levou-lhe várias peças retiradas da sua loja do queixoso para lhe vender. Presente ao interrogatório, o réu José desqualificou a testemunha, dizendo que, por ser aprendiz ou oficial do queixoso, na casa de quem passa a maior parte do tempo, é “naturalmente submisso, como deve ser todo o aprendiz ou oficial”.

Ao que parece, os réus procuraram indivíduos com quem tinham alguma afinidade, seja pelo *status* jurídico (presente ou passado), seja pelo pertencimento étnico-racial, etc. Foi assim que compareceu para depor o africano da *costa* José Manoel Antônio, então com 40 anos, casado, sapateiro e analfabeto, que contou que o réu José foi à sua casa com panos e cortes, mas ele desconfiou da origem das mercadorias e não quis negociar, “por o réu José ser escravo”. Logo depois, prestou depoimento o filho do africano José Manoel, que se apresentou como José Manoel Antônio Filho, com 15 anos, nascido nesta Província, solteiro, alfaiate, analfabeto.

O processo, mesmo de curtas dimensões e que a autoridade tenha, enfim, julgado improcedente, nos aproximou de José Manoel Antônio, mostrando sua africanidade, profissão, idade e a proximidade com o filho, que com ele trabalhava. Não temos a certeza – e isso não prejudica a narrativa desse acontecimento – se o africano sapateiro José Manoel realmente não quis comprar os panos do preto José ou se ele apenas relatou isso para as autoridades para se precaver de qualquer cumplicidade. De qualquer forma, qualquer versão da história comprova que esse africano era *ladino*, sabendo dos limites pecuniários de um escravizado (que tornava suspeita a origem das mercadorias oferecidas à venda, certamente por preços mais

baixos do que os de mercado) e também previdente sobre a fragilidade de sua situação de estrangeiro e egresso do cativo, que sempre o tornava um suspeito em potencial de qualquer irregularidade acontecida em seu entorno. Daí não querer ser conivente com o roubo praticado por aqueles sapateiros escravizados.

O núcleo familiar do sapateiro africano José Manoel Antônio foi iniciado ainda em cativo. Em 14 de março de 1842 (portanto, durante a vigência da Guerra Civil Farrroupilha), ele conseguiu que a senhora Maria Joaquina de Souza alforriasse dois de seus escravizados: a *cassanje* Rita e seu filho crioulo José (então com 16 anos). A carta foi *concedida* mediante o pagamento de 1 conto de réis por José Manoel Antônio, então amásio de Rita e pai de José, que, em liberdade, assumirá o nome paterno – José Manoel Antônio Filho.<sup>6</sup>

Digo eu abaixo assinada que entre os bens que possuo, é bem assim uma escrava de nome Rita, de nação *cassanje*, e um filho da mesma de nome José, de idade 16 anos, cuja escrava e seu filho lhes dou a sua plena liberdade pela quantia de um conto de réis, que recebi ao fazer esta, de José Manoel Antônio, ficando o mesmo José Manoel Antônio obrigado a pagar a meia sisa da Lei, e para que a mesma escrava e seu filho possam gozar de sua liberdade como Libertos que ficam, me obrigo a todo o tempo fazer firme e avalizar esta Carta de Liberdade, e por verdade do referido mandei passar a presente por mim tão somente assinada e com as testemunhas abaixo assinadas. Porto Alegre, 14 de março de 1842. Maria Joaquina de Souza. Como testemunhas Domingos José Souza Braga = Antônio Pereira de Brito = Antônio Ribeiro da Silva.

Difícil é fazer uma avaliação irrepreensível sobre o que custou àquela família escravizada obter a alforria. Não localizamos a alforria do africano da *costa* José Manoel Antônio e nem o batismo de Rita e de seu filho, mas certamente, tais lacunas não nos impedem de considerar que se tratou de um esforço coletivo, principalmente protagonizado por aquele casal afro-diaspórico. É impressionante pensarmos no esforço de dois indivíduos vitimizados pelo tráfico transatlântico, que unem seus caminhos (provavelmente) ainda escravizados e conseguem empreender uma trajetória vitoriosa

de rompimento do cativo e levando um filho junto. O sapateiro José Manoel Antônio e a *cassanje* Rita devem ter virado muitas noites trabalhando para acumular esse pecúlio tão substancial, devem, talvez, ter agenciado com terceiros algum adiantamento de capital, colocando em jogo sua capacidade de trabalho e honestidade. A quantia que pagaram a sua senhora – 1 conto de réis<sup>7</sup> – para seguirem um caminho emancipado, se fosse investido em um patrimônio material-familiar daria àquele casal de africanos certa tranquilidade. Pelos inventários *post-mortem* do período – que como sabemos avaliam os bens, na maioria dos casos, abaixo do preço de mercado (FRAGOSO, 2001; FARINATTI, 2008) – encontramos bois mansos vendidos individualmente, a 13 mil-réis e bois lavradores a 15 mil-réis. Sem uma rígida correlação com a realidade histórica, mas pensando em estimular a imaginação histórica dos leitores, imaginemos que esse casal africano, se investisse aquele 1 conto de réis em reses, compraria cerca de 67 cabeças de gado.

Aliás, lembremos que, no ano daquela alforria – 1842 –, o tráfico internacional transatlântico ainda vicejava *plenamente*, com a legislação proibitiva de 1831 sendo gradualmente desconsiderada (MAMIGONIAN, 2017). A capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentava os traços mais comuns daquela sociedade escravista meridional, com inúmeras pequenas e médias escravarias e com alta presença de africanos entre os cativos (e forros).

**Tabela 1 – Síntese da estrutura de posse escrava pelos inventários *post-mortem* (Porto Alegre, 1831-1850)**

| FTE <sup>s</sup> | N. plantéis | %      | N. escravos | %      | Masculino | %     | Feminino | %     |
|------------------|-------------|--------|-------------|--------|-----------|-------|----------|-------|
| 1 a 5            | 388         | 54,65  | 1.046       | 17,95  | 603       | 57,65 | 443      | 42,35 |
| 6 a 9            | 145         | 20,42  | 1.057       | 18,14  | 618       | 58,47 | 439      | 41,53 |
| 10 a 20          | 130         | 18,31  | 1.803       | 30,95  | 1.074     | 59,67 | 729      | 40,43 |
| + 20             | 47          | 6,62   | 1.920       | 32,96  | 1.407     | 73,28 | 513      | 26,72 |
| <b>TOTAL</b>     | 710         | 100,00 | 5.826       | 100,00 | 3.702     | 63,54 | 2.124    | 36,46 |

Fonte: Moreira (2014, p. 318).

A Tabela 1 materializa a distribuição da população cativa da capital da Província majoritariamente, em pequenas e médias escravarias; se somarmos as escravarias de 1 a 9 cativos, temos mais de 75% da demografia cativa ali concentrada. O desequilíbrio entre os sexos mostra, ainda, o impacto do desequilíbrio na oferta de africanos escravizados, com ênfase maior em homens do que em mulheres.

Se contemplarmos os dados pinçados dos livros eclesiásticos de batismo, veremos uma população escravizada crescente, com alto grau de africanidade, tendo em vista a abertura ainda existente da sangria promovida pelo tráfico transatlântico.

**Tabela 2 – Batismos de escravizados por origem (Porto Alegre, 1831-1850)**

| Período      | Crioulos |       | Africanos |       | Total |        |
|--------------|----------|-------|-----------|-------|-------|--------|
|              | N.       | %     | N.        | %     | N.    | %      |
| 1831/35      | 977      | 74,01 | 343       | 25,99 | 1.320 | 28,09  |
| 1836/40      | 774      | 89,79 | 88        | 10,21 | 862   | 18,34  |
| 1841/45      | 892      | 82,06 | 195       | 17,94 | 1.087 | 23,14  |
| 1846/50      | 1.076    | 75,24 | 354       | 24,76 | 1.430 | 30,43  |
| <b>Total</b> | 3.719    | 79,14 | 980       | 20,86 | 4.698 | 100,00 |

Fonte: Moreira (2014, p. 319).

Mesmo considerando que estávamos nos últimos anos do tráfico transatlântico, chama a atenção que a porcentagem de africanos sendo batizados atinge uma média de mais de 20% no total do período, sendo que, em alguns períodos, chega a 24% e 25%. Lembremos que muitos africanos já vinham batizados, seja em pontos do Litoral brasileiro ou africano e, portanto, o número deles, certamente, era maior do que o verificado na tabela acima (BERUTE, 2006).

Sem nos atrevermos a duvidar do conhecimento étnico da senhora de Rita a seu respeito, percebemos, na carta de alforria, que ela era mencionada como *cassanje*. Cassanje, Caçange ou Kasanji faz referência a uma região de Angola, na África central-atlântica, localizada entre os rios Kamba, Lutoa e Kwango (LOPES, 2004, p. 372). A diáspora de Rita, portanto, começou

no interior do continente africano, de onde foi trazida para o Litoral e ali comercializada e introduzida em tumbeiros, tragédia que cortou suas relações com parentes, amigos e familiares.

No ano anterior à redação da carta de alforria, em 1841, Maria Joaquina de Souza abriu o inventário *post-mortem* de seu marido Francisco José da Silva. Ela lista nove filhos do seu casal, sendo que dois estavam ausentes na Cisplatina, sendo o monte-mor estimado não muito elevado, chegando a 4:860\$800 réis.

**Tabela 3 – Escravaria de Francisco José da Silva (1841)**

| Nome      | Origem     | Idade   | Ofício                            | Preço             |
|-----------|------------|---------|-----------------------------------|-------------------|
| Joaquim   | Cabinda    | 30 anos | Oficial de carpinteiro            | 800\$             |
| Francisco | Moçambique | 24 anos | Oficial de carpinteiro da Ribeira | 680\$             |
| João      | Rebolo     | 46 anos | Servente                          | 380\$             |
| Adão      | Crioulo    | 2 anos  | Não consta                        | 120\$             |
| Maria     | Mina       | 26 anos | Lava e cozinha                    | 550\$             |
| Agostinho | Crioulo    | 8 meses | Não consta                        | 32\$ <sup>9</sup> |

**Fonte:** APERS – 1º Cartório de Órfãos de POA, ano 1841, n. 1.341, maço 67.

Na verdade, os bens arrolados não chegam a dar uma noção da origem dos proventos daquela família senhorial, apenas chamando a atenção a alta especialização profissional dos africanos Joaquim Cabinda e Francisco Moçambique, que podiam ser alugados para obras na cidade e em seu porto.<sup>10</sup> O restante do patrimônio envolvia seis colheres de prata (avaliadas em 16\$800 réis), móveis (32\$) e alguns bens de raiz (terreno com 33 palmos de frente na Estrada dos Moinhos – 170\$; lance de casas em seguimento do terreno acima – 550\$; terreno de chácara no mesmo terreno – 530\$; e lance de casas na rua da Varzinha – 1:000\$).

Maria Joaquina de Souza morreu em Porto Alegre, em 5 de novembro de 1860, e, no mesmo dia de seu passamento, ela ditou suas últimas vontades. Ela contou que era católica, natural de Ilha Graciosa, no arquipélago dos Açores, reino de Portugal, filha legítima de Francisco de Quadros de Ataídes e de Clara Rosa de Jesus, já falecidos. Ela foi casada com Francisco José

da Silva, de cujo matrimônio existiam ainda cinco filhos vivos. Possuía as casas em que morava, uma na rua do Poço e quatro escravizados – Adão, Joaquim, Maria e um pequeno que está batizado: “o primeiro dando ao meu testamenteiro a quantia de 4\$, o segundo, a de 100\$, e o 3º a de 50\$ ficarão libertos”. Maria Joaquina era analfabeta e assinou o seu testamento por ela o escrivão João Guedes Pinto.<sup>11</sup>

Os herdeiros de Maria Joaquina de Souza pediram a nulidade do testamento, por ela já estar *moribunda*, “sem fala e não conhecia mais pessoa alguma”. Os *pretos* Adão, Joaquim e Maria entraram, então, com uma ação de liberdade para assegurar a alforria prometida em testamento e, pelo jeito, conseguiram sucesso, pois uma causa movida por eles em 1866, pelo curador e advogado Luiz Inácio de Melo Barreto, pedia ressarcimento dos gastos de 276\$642 réis que esses *pretos* gastaram na causa de sua liberdade.<sup>12</sup> Para consagrar essa vitória, em 18 de dezembro de 1871, o filho e testamenteiro de Maria Joaquina, José Francisco da Silva Porto Alegre, teve de redigir para o preto de *nação* Joaquim, aquele *cabinda* oficial de carpinteiro, mencionado em 1841, uma carta que lhe concedia alforria mediante o pagamento, pelo escravizado, de 100\$, preço pelo qual foi cortado no testamento da finada senhora.<sup>13</sup>

### **José Manoel Antônio (Filho)**

O crioulo José Manoel Antônio Filho, alforriado em 1842, construiu uma bem-sucedida trajetória sociofamiliar. Segundo os dados levantados por Mariza Nonnemacher (2014, p. 40, 54), ele foi, entre outras coisas, procurador (1882) e diretor (1890)<sup>14</sup> da “Sociedade Beneficente Floresta Aurora”.

José Manoel Antônio Filho casou em 23 de janeiro de 1861, às 6 horas da tarde, com Maria das Dores da Soledade, na Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus, em Porto Alegre. Ambos os noivos eram naturais dessa cidade e filhos legítimos, ele de José Manoel Antônio e de Rita da Conceição e ela de Adão Miguel da Soledade e Joaquina Agostinha. Realizou a cerimônia o Vigário Luiz Manoel Gonçalves de Brito e foram testemunhas-padrinhos Constâncio Machado Lopes e Luiz Joaquim Pereira.<sup>15</sup>

O sobrenome da noiva de José Manoel Antônio Filho não apontava apenas crenças (afro)católicas, na verdade, o seu pai era um expoente das

comunidades negras locais (MOREIRA, 2014). Adão Miguel da Soledade era um preto forro que apadrinhou dezenas de crianças, desde pelo menos 1831. O africano Adão Miguel faleceu em 3 de junho de 1856, em Porto Alegre, de hidropisia, sendo enterrado no Cemitério da Misericórdia.<sup>16</sup> Às 6 horas da tarde, do dia 4 de março de 1848, ele havia casado com Joaquina Agostinha da Conceição, também liberta, filha legítima de Agostinho José Pereira (já falecido) e de Antônia Quitéria da Conceição, naturais do Rio de Janeiro. A relação já durava alguns anos, e os noivos aproveitaram para legitimar e reconhecer a paternidade de seus cinco filhos: Quitéria, com 12 anos, Emília, com 11, **Maria das Dores**, com 6, Maria Antônia, com 3, e Manoel, com 1 ano. No inventário *post-mortem* de Adão Miguel da Soledade, encontramos a parte de uma casa na Rua da Igreja n. 168 (600\$000 réis), um rol de devedores (1:528\$160 réis) e vários materiais ligados ao ofício do casal (935\$970 réis), somando tudo 2:465\$730 réis: “Adão Miguel da Soledade era um misto de carpinteiro especializado em objetos fúnebres, com agenciador funerário, um habilidoso cenógrafo da dramaturgia da morte, que tanto (pre)ocupava os vivos naqueles oitocentos” (MOREIRA, 2014, p. 327).

Se o africano da *costa* José Manoel Antônio e sua companheira *cassanje* Maria Rita da Conceição, aparentemente, tiveram apenas dois filhos, os netos foram em maior número, mesmo que nem todos tenham sobrevivido ou vingado muito tempo. Em 11 de abril de 1864, morreu a crioula preta Maria, de apenas 14 meses de idade, filha legítima de Maria das Dores e José Manoel Antônio, de bexigas.<sup>17</sup> Nascida em fevereiro de 1870, em 22 de janeiro do ano seguinte, Catarina foi batizada na Igreja da Madre de Deus, de Porto Alegre.<sup>18</sup> Ela era filha legítima de Maria das Dores da Soledade e de José Manoel Antônio Júnior, e quem conduziu a cerimônia foi o Padre Hildebrando de Freitas Pedroso. Foram apontados como avós paternos de Catarina os africanos José Manoel Antônio e Maria Rita, e maternos Adão Miguel da Soledade e Joaquina Agostinha da Soledade. O avô paterno foi o padrinho, nomeado apenas por José Manoel, e quem o acompanhava naquela cerimônia não era ninguém menos que Nossa Senhora. A elevada mortalidade infantil do período penalizava as famílias com perdas constantes, assim, em 10 de abril de 1872, José Manoel Antônio enterrou outra filha: a *preta* Maria, com apenas 11 meses, que faleceu de pneumonia.

José Manoel Filho enviuvou de Maria das Dores da Soledade em janeiro de 1877, sendo ela encomendada na Igreja do Rosário.<sup>19</sup> Dois anos depois, em

17 de outubro de 1879, às 18 horas, ele voltou a casar, desta vez com Maria Rita Leocádia da Conceição, sendo testemunhas o Doutor Manoel Martins dos Santos Penna e Luiz Nicolau Masson. Os pais de José Manoel – os africanos José Manoel Antônio e Maria Rita da Conceição – já haviam falecido. A noiva Maria Leocádia era filha legítima de Firmino Americano da Silva e Clara da Conceição da Silva, já falecidos, parouquianos do Rosário.

A noiva Maria Leocádia contou que nasceu em 9 de dezembro de 1852 e, por estar *in periculo vitae*, foi batizada em casa, tendo como padrinhos Augusto José da Silva e sua filha Rosa Inácia Gonçalves da Silva. Como o registro de batismo de Maria Leocádia não foi encontrado, ela apresentou três testemunhas que confirmaram sua narrativa, sendo que as duas primeiras pouco ajudaram na resolução da demanda: o português negociante José Francisco de Setta Júnior (que a conhecia há anos, mas não assistiu ao batismo) e o relojoeiro porto-alegrense Pedro de Oliveira Ramos (que nada sabia sobre o batismo, mas que achava que ela nascera em 1854). Finalmente, Maria Leocádia conseguiu o depoimento do barbeiro baiano Calisto Felizardo de Araújo, que demonstrou intimidade com sua família e prestou todas as informações requeridas com extrema certeza. Calisto tinha, na época, 59 anos, era viúvo, morava em Porto Alegre, assinou o seu depoimento com letra nítida e tinha uma loja de barbearia no centro da capital. Ele não titubeou e declarou que Maria Leocádia havia nascido e 9 de dezembro de 1852 e foi batizada dali a dois dias, “por ela sofrer de moléstia, em casa, recebendo os santos óleos a 26 de dezembro de 1852 [na Madre de Deus], isto é, 15 dias depois de batizada”. Era filha legítima de Firmino Americano da Silva e Clara da Conceição da Silva, e os seus padrinhos foram Augusto José da Silva e sua filha Rosa Inácia Gonçalves da Silva. Calisto Felizardo assevera tudo “pelo pleno conhecimento que tem da justificante, pois é seu cunhado e atualmente seu tutor”.

A barbearia de Calisto Felizardo de Araújo situava-se na Rua dos Andradas, n. 247 e ele “tocava” o estabelecimento com a ajuda de seus filhos Florêncio Calisto e Esperidião Calisto. Calisto Felizardo viveu de 1819 a 1909, sendo sua família um dos *troncos* das elites negras gaúchas. O Salão Calisto, como conhecido, era um ponto nodal das sociabilidades negras porto-alegrenses e foi ali que o primeiro jornal negro do Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, foi pensado e criado em 1892 (PERUSSATO, 2018).

Em 8 de abril de 1879, José Manoel Antônio enterrou outra filha, a

também *preta* Bernardina, com 12 anos de idade, nascida em Porto Alegre e que definiu graças a uma gastroenterite. Em 12 de fevereiro de 1883, outra menina *preta* foi dada à sepultura por aquele filho de africano, com apenas 6 meses de idade e de morte ignorada, provavelmente por não receber assistência médica.<sup>20</sup> Finalmente, em 6 de agosto de 1888, foi dado à sepultura o *preto* Pedro, que morreu de tuberculose generalizada, sem ser batizado, com 1 ano e meio de idade.<sup>21</sup> Os lugares e as hierarquias sociais oitocentistas são, às vezes, denunciadas por referências racializadas presentes nos documentos. O pai dessas meninas nasceu em Porto Alegre, mas de um ventre africano ainda escravizado (a *cassanje* Maria Rita) e de um progenitor já forro, mas também proveniente da diáspora transatlântica (o africano da *costa* José Manoel Antônio). Essas características marcaram o crioulo José Manoel Antônio e sua prole, com documentos eclesiásticos reafirmando, constantemente, a *pretidão* (africanidade e passado cativo) daquele núcleo familiar.

A Constituição de 1824 estabelecia que os libertos africanos teriam que se naturalizar para exercer a cidadania política, votando e sendo votados. Segundo Sidney Chalhoub, raros (se é que existiram) foram os africanos que investiram na naturalização visando à cidadania política. Assim o africano da *costa* José Manoel Antônio, pelo que sabemos, não exerceu esse aspecto de sua cidadania, mas seu filho crioulo homônimo sim. Na Lista Geral dos Cidadãos Qualificados Votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Porto Alegre, no ano de 1880,<sup>22</sup> encontramos listado, com o n. 314, o sapateiro José Manoel Antônio, já viúvo, com 41 anos de idade, morador na Margem e com renda conhecida de 300 mil-réis. Nas observações do livro de qualificação eleitoral, declarava-se que ele não sabia ler nem escrever. As atividades político-eleitorais desse sapateiro já remontavam a 1865, quando, naquele ano, ele já fora qualificado votante com o n. 133, mas, naquela ocasião, na Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus. Tinha então 27 anos, sua esposa ainda vivia, ocupava-se como oficial sapateiro e morava no 11º quarteirão daquela Paróquia.<sup>23</sup>

## Afrodiaspóricas amizadas

Evidenciando um pouco mais as relações mantidas pelo sapateiro crioulo José Manoel Antônio, que após a morte do pai aboliu de seu nome o *filho* ou

*júnior*, ele, em 1892, serviu de portador do testamento do africano Frederico Padilha, entregando-o à Justiça para as devidas deliberações.<sup>24</sup> Na *pequena biografia* legada por Frederico Padilha em seu testamento, redigido pouco antes de morrer, *doente, mas em seu perfeito juízo*, em 11 de setembro de 1892, sabemos que ele era natural da África, casado com Joaquina Antônia Padilha, sem filhos. A esposa de Frederico ainda vivia, e ele a indicou como sua herdeira. O casal morava na Rua Castro Alves, na época parte do território negro conhecido como Colônia Africana, e Frederico faleceu em 10 de outubro de 1892, às 11 horas da manhã. Sabemos que Frederico trabalhava no transporte urbano, aparecendo como carroceiro ou boleiro.

Os legados do africano Frederico Padilha denunciam parte de seus investimentos associativos. Ele deixou 250\$ réis para a Irmandade do Bom Fim (devoção à qual estavam ligados vários músicos da Floresta Aurora) e um pouco menos, 200\$, para a Sociedade Beneficente (provavelmente se tratava da Sociedade de Beneficência Porto Alegrense), da qual era *sócio remido*. Além disso, na escolha dos testamenteiros, ele os adjectiva demonstrando o afeto que os unia. A primeira testamenteira foi sua viúva Joaquina, que assinou o juramento, aceitando as obrigações daquela missão. O segundo foi “meu amigo” José Manoel Antônio, e o terceiro, o também *amigo* José de Tal, conhecido por José Mina. Nesse mundo marcado pelas diásporas transatlânticas, as amizades demonstram padrões de afrocentralidade, conectando afeições, alianças, vizinhanças. Ele encerrava o testamento pedindo que seu enterro fosse feito “com modéstia e de acordo com as minhas circunstâncias”.

O africano Frederico casou com a porto-alegrense Joaquina Antônia Dias na Capela do Menino Deus, em 4 de fevereiro de 1881, lá pelas 4 horas da tarde, numa cerimônia presidida pelo Frei Caetano de Troina.<sup>25</sup> Ele era paroquiano do Rosário, e ela, da Madre de Deus. Frederico contou na habilitação matrimonial serem seus pais incógnitos, e Joaquina declarou-se filha legítima de Antônio José de Dias e Joaquina Maria de Jesus.<sup>26</sup> O preto de *nação* Frederico obteve a alforria de seu escravizador Antônio Gonçalves Padilha em 1º de abril de 1869, pagando 1 conto e 400 mil-réis. Mesmo tendo pago por sua liberdade, ele manteve o sobrenome senhorial, provavelmente como uma forma de localização social naquela sociedade que exigia demarcadores relacionais para uma vida estável e sem sucumbir à *precariedade da liberdade* e à reescravidão.<sup>27</sup>

O ex-senhor do africano Frederico Padilha, ou algum parente homônimo, testemunhou, em dois processos criminais, que correram pela comarca de Porto Alegre. Em 1866, o marceneiro Antônio Gonçalves Padilha, casado e com 30 anos, morava na Rua Nova, atual Rua Andrade Neves, no centro da capital da Província. Ele levou ao chefe de Polícia denúncia quanto à tentativa de estupro cometido contra a crioula menor Maria do Carmo, de 7 anos de idade, perpetrado pelo negociante português Ventura Francisco dos Santos. Padilha apareceu em outro caso, de 1875, que investigava a morte do africano Miguel, com 65 anos de idade, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, óbito supostamente causado pelas ofensas físicas aplicadas pela senhora a quem estava alugado, a pelotense Inácia Afonso Alves Barreto. O filho do *preto* Miguel, o crioulo Félix, escravizado de Dona Balbina Antonia de Lima, que trabalhava como doceiro e tinha 26 anos de idade, foi até a Santa Casa ver o cadáver de seu pai “e examinando viu as inchações e feridas produzidas pelas pancadas” de achas de lenha dadas pela senhora. Apresentando-se como casado, nascido nesta província, morador de Porto Alegre, com 42 anos, vivendo de negócios, Antônio Gonçalves Padilha também testemunhou. Foi descrito como *branco* e contou que lhe foi proposta a compra do *preto* Miguel por 150\$, mas que ele nada servia, pois demorava “tempo imenso” para deslocar-se, apoiado em um pau, da Rua Gen. Silva Tavares até a casa da testemunha, na Rua Andrade Neves.<sup>28</sup>

Além de irmandades como a do Rosário e Conceição e devoções menores como a do Bom Fim, esses nomes, pertencentes às elites negras locais, se cruzam em pelo menos outra agremiação. Em 15 de dezembro de 1856, foi fundada a “Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense”, sociedade de socorro mútuo que durou pelo menos até 1936 (SILVA JÚNIOR, 2004). Segundo os estatutos de 1869, podiam ingressar na associação, mediante indicação de algum sócio, “artistas, operários, empregados públicos e todos aqueles que tiverem pelo menos cem mil réis de renda anual”. O negro barbeiro Miguel Archanjo da Cunha matriculou-se na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense em 23 de janeiro de 1876, contando, então, com 35 anos de idade. Nos livros da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, Miguel Archanjo aparece não só matriculando-se, mas propondo novos associados, entre eles, dois nossos conhecidos deste artigo. No mesmo dia, em 15 de setembro de 1884, são propostos por Miguel Archanjo como novos sócios: Florêncio Manoel Antônio (com 42 anos, pedreiro, casado e

morador na Rua Avai, n. 10) e José Manoel Antônio (com 39 anos, sapateiro, casado e morador na Rua de Bragança).

## **Florêncio Manoel Antônio**

O africano da *costa* José Manoel Antônio e a *cassanje* Maria Rita tiveram pelo menos mais um filho, que assumiu o nome de forro de Florêncio Manoel Antônio e trabalhava como pedreiro. Florêncio casou na Igreja do Rosário, em 1874, com Rita Luiza de Jesus, em cerimônia conduzida pelo Padre Nicolau Maria Berardi e testemunhada por Tomé José Afonso e José Manoel Antônio Júnior (irmão do noivo).<sup>29</sup> O registro de batismo da noiva não foi encontrado, e ela, “atenta à sua suma pobreza”, pediu a dispensa de apresentá-lo. Ela informou ter sido batizada na Igreja do Rosário, há 20 anos, mais ou menos, e se apresenta como filha natural de Maria, escravizada na época por João Marques da Cunha Júnior, acompanhada pelos padrinhos Ponciano Correia de Andrade e Rita Maria da Conceição.

Isidoro Francisco Xavier, indivíduo negro, sacristão da Igreja das Dores e músico da Floresta Aurora, redigiu um pedido às autoridades eclesiásticas locais, para obter a certidão de batismo de Florêncio, que teria ocorrido na Catedral, há 40 anos, quando era ainda escravizado de Dona Maria Joaquina de Souza, sendo padrinhos: João Fernandes de Lima e Luiza Maria da Conceição. Entretanto, assim como ocorreu com o batismo de seu irmão José, o registro também não foi achado. Também não achamos uma carta de alforria cartorial que pudéssemos relacionar a Florêncio, assim, não sabemos quando deixou de ser escravizado.

Pela data em que Rita diz que teria ocorrido o seu batismo – 1854 (20 anos antes de seu casamento ocorrido em 1874) – temos um documento de liberdade que apostamos se referir a ela. Em 14 de janeiro de 1854, o negociante João Marques da Cunha alforriou a crioula Maria, com apenas 9 meses de idade, tendo para isso recebido 150 mil-réis do pai da mesma, chamado Luiz Joaquim Pereira.<sup>30</sup> Como veremos a seguir, esse realmente era o nome do pai de Rita Luiza de Jesus, e o que talvez tenha ocorrido, nesse documento de liberdade, foi um engano, sendo registrado equivocadamente o nome da mãe da escravizada e não o da *agraciada* por aquela dádiva senhorial.<sup>31</sup>

O pai de Rita – Luiz Joaquim Pereira – entretinha relações com a família afrodiáspórica da qual estamos acompanhando a trajetória. No casamento de José Manoel Antônio Filho, de que tratamos anteriormente, ocorrido em 1861, ele atuou como testemunha-padrinho. Vasculhando as alforrias cartoriais, encontramos um africano que se enquadra nas características desse Luiz Joaquim Pereira. Assim, supomos que ele fosse *nagô* e que tenha indenizado seu escravizador Joaquim Pereira de Miranda com a avultada quantia de 1 conto e 400 mil-réis, em 4 de maio de 1852, sendo 1:200\$ pagos à vista, e o restantes ele pagaria “dando todos os meses a quantia de 20\$ até completar os 200\$ que faltam”.<sup>32</sup> Isso teria ocorrido dois anos antes de ele ter conseguido resgatar sua filha Rita do cativeiro.

As peças documentais que estamos tentando costurar evidenciam parentescos, afetos e amizades entre o africano da *costa* José Manoel Antônio, a *cassanje* Maria Rita, o *nagô* Luiz Joaquim e outros personagens afrodiáspóricos (incluindo seus filhos crioulos) naquela sociedade oitocentista. Purismos e essencialismos identitários apenas turvam o entendimento possível desses arranjos assinalados pelo imprescindível diálogo entre seres humanos marcados pelas experiências da diáspora em todas as suas dimensões.

A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as *práticas do self*. Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem ser reduzidas à tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando (ACHILLE MBEMBE, 2001, p. 199).

Não sabemos no que se ocupava o *nagô* Luiz Joaquim Pereira, mas depois de alforriar a si próprio e sua filha Rita, ele casou na Igreja da Madre de Deus, com Joana Maria da Conceição. Esse matrimônio ocorreu às 18 horas do dia 17 de outubro de 1855, e foi testemunhado por João Fernandes de Melo e pelo africano forro Adão Miguel da Soledade, já mencionado nesse artigo. Os noivos foram descritos ambos como libertos, sendo Joana Maria

registrada como crioula e filha natural de outra mulher negra de nome Maria. Já Luiz Joaquim, se na carta de alforria de 1852 ele aparece mencionado como *nagô*, em seu casamento ele se apresentou como de nação *mina*.<sup>33</sup> Mesmo que valorizemos – como recomendam historiadores como Carlo Ginzburg (1988) – o caráter polifônico e dialógico das fontes históricas, temos sempre que considerar que esses documentos foram construídos em contextos sociais marcados pelas desigualdades social e racial. Mas também temos que inserir, nos cálculos interpretativos, a autoria e o contexto de criação dos documentos e a agenda político-relacional dos personagens envolvidos. O documento de liberdade de 1852, certamente, tem um peso considerável da opinião senhorial e é interessante que, ali, aquele africano que estava sendo alforriado aparece mencionado por um referencial que o conecta e identifica etnicamente aos iorubas. Já no registro de casamento, nos arriscamos a pensar que ele reflete um posicionamento político-identitário de Luiz Joaquim Pereira, pois ele se apresenta através de uma identidade de procedência – *mina* – um daqueles guarda-chuvas étnicos que abrigam várias *nações* num mesmo coletivo. Talvez ele estivesse dialogando, por exemplo, com seu padrinho Adão Miguel, reforçando os laços diaspóricos que os uniam.<sup>34</sup>

Se observarmos as trajetórias dos africanos Luiz Joaquim Pereira e José Manoel Antônio sob o aspecto geracional, perceberemos que enquanto estas vítimas diretas da diáspora transatlântica ensejaram estratégias para livrar-se do cativeiro e se consolidar como forros naquela sociedade oitocentista escravista, seus filhos já investiram em associativismos não religiosos.

Além de Rita Luiza, que se casou com Florêncio Manoel Antônio em 1874, no Rosário, o *mina/nagô* Luiz Joaquim Pereira e a crioula Joana Maria da Conceição tiveram mais alguns filhos, sendo que dois deles não *vingaram* muito tempo, mostrando como a elevada mortalidade infantil do período, que atingia livres, forros e escravizados, marcava a maternidade com o luto, isso, mesmo que não tenhamos como contabilizar os abortos (provocados ou naturais) ocorridos. Em 17 de fevereiro de 1858, Luiz Joaquim Pereira enterrou sua filha *preta* Quintina, com 18 meses de idade, atingida pela disenteria e em 14 de maio de 1867 deu sepultura ao também *preto* Feliciano, de 10 meses de idade, morto por problemas de *dentição*.<sup>35</sup>

Sobre o outro filho desse casal afrodiaspórico temos mais informações. O operário Luiz Joaquim Pereira [filho] atuou na Floresta Aurora como

primeiro-secretário (1882) e segundo secretário (1890) e morou durante um período na Rua João Alfredo, n. 203 (NONNENMACHER, 2015, p. 40,54). Luiz Joaquim Pereira [Filho] e Emília Borges de Jesus casaram na igreja Madre de Deus de Porto Alegre em 21 de maio de 1881, lá pelas 19 horas da noite, numa cerimônia abençoada pelo Cônego Francisco Antônio Pereira de Oliveira.<sup>36</sup> Foram padrinhos Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Isidoro Francisco Xavier. O noivo era filho legítimo de Luiz Joaquim Pereira e de Joana Luiza Pereira, e a noiva era filha natural de Serafina Borges de Oliveira. Ambos eram paroquianos do Rosário. A mãe de Luiz, já viúva, solicitou o registro de batismo do filho o qual, segundo ela, teria nascido em 1858 ou 1859.<sup>37</sup> Diligentes, os funcionários eclesiásticos encontraram a anotação dos santos óleos de Luiz no dia 3 de outubro de 1859, tendo nascido no mesmo ano, em 20 de março. Ele consta como filho legítimo do africano Luiz Joaquim Pereira e da crioula de POA Joana Luiza da Conceição e foi apadrinhado por Januário Antônio da Rosa e Joaquina Agostinho da Conceição.<sup>38</sup>

Dos noivos do casório do operário Luiz Joaquim Pereira [filho] e Emília Borges de Jesus, de 1881, já apresentamos aos leitores o sacristão Isidoro Francisco Xavier. Mas o outro também não era “um qualquer” naquelas comunidades negras de Porto Alegre, aliás ele auxiliou a noiva a obter os documentos para o matrimônio, redigindo o requerimento que solicitou o seu registro de batismo. Segundo a certidão expedida, na margem do requerimento de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, pelas autoridades eclesiásticas, Emília nasceu em 18 de outubro de 1859, sendo batizada na Catedral, em 27 de setembro de 1861. Era filha natural de Felipe Manoel de Jesus (da Bahia) e Serafina Borges de Oliveira (desta cidade), neta paterna de Miguel José Pereira e Luiza Maira (naturais da Bahia) e materna de Maria Antônia (natural da Bahia). Foram padrinhos de Emília: José Gomes de Amorim Costa e Maria Joaquina do Nascimento.<sup>39</sup>

Naquele ano de 1881, Aurélio Viríssimo de Bittencourt já havia ingressado na Guarda Nacional e trabalhava no funcionalismo provincial. No futuro próximo, dois de seus filhos fundariam o primeiro jornal negro do Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, e ele abandonaria o liberalismo, assumindo-se como militante do Partido Republicano Rio-Grandense, atuando como chefe de gabinete de três sucessivos presidentes do Estado republicanos:

Júlio Prates de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros e Carlos Barbosa (MOREIRA, 2011; 2014; PERUSSATTO, 2018). Não são nem um pouco raros os documentos do oitocentos em que o letrado negro Aurélio Viríssimo de Bittencourt intermediou demandas diversas de seus parceiros negros tanto já livres e forros como ainda escravizados.<sup>40</sup>

Luiz Joaquim Pereira [Filho] foi discípulo do maestro negro Joaquim José de Mendanha e, na missa do velório de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, em 1919, ele atuou como músico, sendo descrito como um dos *sobreviventes* de sua antiga orquestra (MARQUES, 2017, p. 194).

Rita Luiza e Florêncio Manoel Antônio tiveram pelo menos quatro filhos legítimos, batizados na Paróquia do Menino Deus de Porto Alegre.<sup>41</sup> Em 10 de abril de 1877, faleceu de *febre verminosa* a menina *preta* Ana, com apenas 2 anos de idade.<sup>42</sup> Em 20 de abril de 1879, foi batizado o *preto negro* Luiz, nascido em 20 de fevereiro de 1877, apadrinhado por Luiz Joaquim Pereira Filho e amadrinhado por Maria Rita Leocádia da Silva. Foram apontados como avós paternos: José Manoel Antônio e Maria Rita da Conceição e maternos: o padrinho Luiz Joaquim Pereira e Maria Joaquina da Conceição. Em 1º de janeiro de 1881, recebeu os santos óleos o *negro* Ernesto, nascido em 23 de novembro de 1879, acompanhado à pia batismal pelos padrinhos Irineu Bernardo Brás e Maria Cândida Rodrigues. Em 20 de julho de 1882, o casal enterrou sua filha Maria de somente 2 meses de idade, que morreu de enterite sem ser batizada.<sup>43</sup>

Florêncio Manoel Antônio, mesmo já forro, não viveu para assistir às festas do 13 de maio de 1888. No ano seguinte a sua filiação na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, ele faleceu aos 11 de janeiro de 1885, de tubérculos pulmonares. Seu registro o descreve como natural desta Província, casado, com 51 anos de idade e *preto*.<sup>44</sup>

As relações entre as famílias negras que estamos analisando se estendem pelo tempo e enredam distintas gerações. Quando José Manoel Antônio Filho casou com Maria das Dores da Soledade, em 1861, aquele matrimônio foi apadrinhado por Luiz Joaquim Pereira. O irmão do noivo desse matrimônio de 1861, Florêncio Manoel Antônio, casou com a filha de Luiz Joaquim Pereira e de Maria Joaquina da Conceição, Rita Antônia Pereira. Quando o filho legítimo de Florêncio e Rita, o *preto* Luiz (nascido em 20 de fevereiro de 1877), foi batizado no Menino Deus, em 20 de abril de 1879, o

padrinho foi Luiz Joaquim Pereira Filho, e a madrinha, sua esposa Maria Rita Leocádia da Silva.<sup>45</sup>

## Considerações finais

O africano José Manoel Antônio faleceu aos 90 anos de idade, em 6 de dezembro de 1872, em Porto Alegre. Sua cor expressava sua africanidade – *preta* –, e a causa da morte foi meningite. Foi enterrado no dia seguinte ao de sua morte, na sepultura 476 de entremuros, na quadra dos contribuintes. O Dr. Langgaard (1872, p. 49), em seu dicionário médico, insere as explicações sobre a meningite no verbete *Encephalite*, considerando-a uma *inflamação aguda do cérebro*. O Dr. Chernowiz (1890, p. 400) menciona a meningite como sinônimo de *arachnite* ou *arachnoidite*, inflamação “das membranas que envolvem o cérebro”, moléstia também designada como “febre cerebral, e hydrocephalo agudo”.<sup>46</sup> Tanto sua cor preta, quanto sua idade derivam de sua africanidade, já que os anos de sua existência devem ter sido calculados por sua aparência e não pela certeza de sua data de nascimento.

Como aquela sociedade era marcada pela ação pública masculina, as fontes do período são opacas quanto aos protagonismos femininos. O marido de Rita e um de seus filhos empregavam-se como sapateiros, e o outro, Sabino, atuava como pedreiro. A *cassanje* Rita, obviamente, também contribuía para esse núcleo familiar com várias formas de labuta, as quais estavam inseridas no amplo e complexo campo dos mundos do trabalho feminino urbano (e negro). Suas ações sociais, certamente, se entrecruzavam com várias instâncias impossíveis de serem desarticuladas – afetivas, curativas, laborais, retratando uma espécie de empreendedorismo plurifuncional das mulheres negras forras e escravizadas, africanas e crioulas. Elas agiam como mães, parteiras, vizinhas, quitandeiras, lavadeiras, cozinheiras (COSTA, 2013; GRAHAM, 1992; SOUZA, 2017; TELLES, 2011). Aquele 1 conto de réis pago a uma senhora escravista, em 1842, que permitiu a alforria da *cassanje* Rita e de seu filho crioulo José, foi *entregue* pelo africano da *costa* José Manoel Antônio, mas essa quantia foi, obviamente, acumulada por aquele casal de africanos, conjuntamente. A africana Maria Rita da Conceição não aguentou muito a ausência de seu companheiro, amante,

pai de seus filhos e com quem podia conversar sobre a traumática travessia transatlântica. Ela morreu de apoplexia cerebral em 6 de novembro de 1873, sendo descrita como *preta*, africana, com 80 anos de idade.<sup>47</sup>

O muro de Berlim historiográfico que Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva dizem existir e que emperra “o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário” (2009, p. 15) é tenaz e continua razoavelmente sólido. Entretanto, sua resistência, nos últimos anos, tem esmorecido e começa a mostrar, pelo menos, elevada porosidade. É óbvio que o limite não é, unicamente, o ano de 1888 com sua portentosa aclamação do fim da escravidão, até porque, dificilmente, um historiador desprezará essa data como marco, já que comunidades e associações negras a comemoraram por décadas. Entretanto, percebemos que experiências sociais relacionadas à estruturação de uma vida em liberdade, na maioria dos casos, pressupunha o compartilhamento de esperanças, expectativas e ansiedades. Na maioria das vezes, não se emergia, repentinamente, fora do cativeiro, mas se ultrapassavam fases intermediárias relacionadas a alforrias condicionais, coações, negociações com os senhores que pressupunham margens de autonomia relativa ainda na escravidão, isso quando se conseguia romper a escravidão. Mas outro aspecto que certamente era inelutável aos escravizados era ver parentes, familiares e amigos continuarem experimentando a escravidão (e morrendo nela).

Se a imprensa e o associativismo negro têm caracterizado fortemente os estudos relativos ao pós-abolição (ou pós-emancipação) nos últimos anos, certamente cabe enfatizar a potencialidade das pesquisas sobre trajetórias afrodiáspóricas para tornar ainda mais poroso o “muro de Berlim” historiográfico, desnaturalizando as estruturas e as estratégias dos indivíduos, famílias e coletivos negros. Isso sem esquecer que, nas palavras do historiador italiano Giovanni Levi (1996, p. 175), “a biografia não é, nesse caso, a de uma pessoa singular e sim a de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo”.

Experimentos que objetivem montar as arquiteturas sociais das trajetórias individuais e familiares afrodiáspóricas devem costurar (às vezes pequenos) fragmentos documentais, se propondo a ouvir as lógicas e os planejamentos ali presentes. A sobrevivência daqueles coletivos negros

ensejava manutenções frequentes (e nem sempre fadadas ao sucesso) de relações afetivas, familiares, laborais, associativas e de amizade. Isso exigia entender a *língua* e os códigos daquela sociedade racista – e ainda escravista.

## **Abreviaturas:**

---

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CHC/SCMPA – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

POA – Porto Alegre

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

## Referências

---

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil: breve comentário. *História Social*, n. 19, 2º semestre de 2010.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Vinicius Furqim; MOREIRA, Paulo. Os pardos da Imaculada: trajetórias e agências negras na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX). *Métis*, Caxias do Sul: EDUCS, v.16, p. 141-172, 2017.
- ALMEIDA, Vinicius Furqim de. *Das prateleiras da Alcidiãna: os livros, a leitura e a escrita na trajetória intelectual de Alcides Cruz*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2018.
- ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina: 1800-2000*. São Carlos: Edufscar, 2007.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, 2006.
- BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os percursos do negro em Porto Alegre: territorialidade negra urbana. In: SOUZA, Vinicius Vieira de. *Museu de percurso do negro em Porto Alegre*. Porto Alegre, 2010. p. 9-74.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850*. 2013. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista de História Social*, n. 19, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias*. 6 ed.

- Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPel, Pelotas, 2013.
- COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014, p. 121-154.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e microanálise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v. 15, n. 28, p. 57-72, jul. 2008.
- FORTES, João Borges. *Troncos seculares*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998. [1ª ed.: 1931].
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 11, n. 21, 1998.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 41-70, set. 2002.
- FRAGOSO, João. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Davis: a micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Sermina no Rio de Janeiro do século XIX. Afro-Ásia*, n. 45, 2012.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1992.
- HAACK, Marina Camilo. *Sobre silbuetas negras: experiências e agências de mulheres negras escravizadas (Cachoeira, 1850-1888)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2019.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2012.
- HEYMANN, Luciana Quillet; ROUCHOU, Joelle; TRAVANCAS, Isabel. *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2013.
- KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado) – UFF, Rio de Janeiro, 2006.
- LANGGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de medicina doméstica e popular*. 2. ed. Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872. vs. 1 e 2.
- LÉVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.
- LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LONER, Beatriz. Antônio: De Oliveira a Baobab. *In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora negra*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues; ZUBARAN, Maria Angélica. Representações racializadas de negros nos museus: o que se diz e o que se ensina. *In: MATTOS, Jane Rocha de. Museus e africanidades*. Porto Alegre, Edições Museu Júlio de Castilhos, 2013. p. 137-156.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- MARQUES, Letícia Rosa. *O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil oitocentista*. 2017.

- Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2017.
- MARQUES, Letícia Rosa. *José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista (Brasil – século XIX)*. Rio de Janeiro: Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de autoinscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, 2001.
- MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Europeia do Brasil: identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*, v. 20, p. 218-240, 1º sem. 2016.
- MENDONÇA, Maria Nunes; RAMOS, René Wagner. Afro-brasileiros no Museu Paranaense: silêncios, demandas públicas e ressignificações. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 113-135, 2017.
- MOREIRA, P. R. S.; CAMPOS, V. G. Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro: o professor e deputado Alcides de Freitas Cruz (1867-1916). In: *Alcides Cruz: perfil parlamentar*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017. p. 44-87.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 83-107.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil imperial e republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). *História Unisinos*, v. 18, p. 312-337, 2014.
- MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina. *Do tráfico ao*

- pós-abolição*: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- MULLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos Santos. *RS negro*: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- MULLER, Liane Susan. O negro e suas devoções: a importância da Irmandade do Rosário e da Festa dos Navegantes para a formação de uma classe média negra porto-alegrense. In: *ANAIS DO ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*. 2005. Porto Alegre. *Anais [...]*, Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- \_\_\_\_\_. *As contas do meu rosários são balas de artilharia*: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre, 1889-1920. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1999.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun. 2006.
- NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Tudo começou em uma madrugada*: Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872-2015). Porto Alegre, Medianiz, 2015.
- OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no Sul do Brasil*: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- OLIVEIRA, Franciele Rocha de. Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – UFSM, Santa Maria, 2017.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade*: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). 2018. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do séc. XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo* – Re vista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 2, n. 3, 1997.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino*: tráfico, escravidão e

- liberdade no Atlântico negro (1822-1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROEDIGER, David R. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicato e raça. In: FORTES, Alexandre *et al.* (org.). *Cruzando fronteiras*: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade*: história social do racismo em Porto Alegre. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história*: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2011.
- SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos*: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). 2004. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Camila. *Arquivo, história e memória*: processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – Ahrs, 1850-1930). 2019. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2019.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros*: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960). 2017. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2017.
- SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. *RS negro*: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOARES, C. E. L.; GOMES, F.; GOMES, J. B. F. *No labirinto das nações*: africanos e identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados*: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2017.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados*: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2011.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente*: consciência histórica

e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2015.

ZUBARAN, Maria Angélica.

Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 15, p. 161-187, 2008.

## Notas

---

1. “Com Marco Polo T. D. Silva, genealogista e morador em Brasília, mantive contato telefônico frequente durante todo o trabalho. Impressionantes são sua memória e seu conhecimento da vida dos que viveram há mais de dois séculos nos Campos dos Goitacazes. Forneceu-me, inclusive, material de sua pesquisa para análises geracionais. Minha gratidão é eterna” (FARIA, 1998, p. 8).
2. A respeito, ver: Mendonça (2016), Mendonça; Ramos (2017), Bittencourt Júnior (2010), Lody (2005), Machado; Zubaran (2013) e Mattos (2013).
3. Evidentemente, outros trabalhos já seguiram essa senda das trajetórias negras: Grigio (2016), Loner (2011), Oliveira (2018), Perussatto (2018).
4. Sobre Alcides de Freitas Cruz, ver: Moreira; Campos (2017) e Almeida (2018).
5. APERS – 1º Cartório de Porto Alegre, Sumário Júri, maço 28 (1850-1852), processo 837, 1857.
6. APERS – 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 15 de Transmissões e Notas, folha 65.
7. Deixamos de fora deste cálculo o imposto da meia siza (criado pelo Alvará de 3 de junho de 1809) que deveria ser pago pela transação mercantil da compra que estava ali embutida, ou seja, ao alforriar sua amásia e seu filho, na linguagem burocrática, José Manoel Antônio os estava comprando; assim, deveria pagar ainda 5% da quantia desembolsada como imposto, o equivalente a 50 mil-réis.
8. Faixa de tamanho da escravaria.
9. “Dizem ter água na barriga, por isso achamos que vale a quantia de 32\$”.
10. Como dois filhos estavam na Cisplatina, talvez a família se envolvesse em comércio de gado.
11. APERS – Provedoria dos Resíduos de POA, ano 1864, n. 3.892, maço 101, Libelo de nulidade de Testamento.
12. APERS – Provedoria dos Resíduos de POA, ano 1866, n. 3.894, maço 102, Exame de sentenças, Executantes: os pretos Adão, Joaquim e Maria; Executados: José Francisco da Silva Porto Alegre e outros herdeiros da finada Dona Maria Joaquina de Souza.
13. APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 21 de Transmissões e Notas, folha 105.
14. *Jornal do Comércio*, 27 dez. 1889, p. 2.
15. AHCMPA – Livro 7 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folha 46v.
16. CHC/SCMPA – Livro 3 de Óbitos de Livres: morte do africano Adão Miguel da Soledade, cor preta, com 44 anos de idade, casado, armador, de hidropisia ascite, enterrado em 4-6-1856, sepultura 453 de entremuros (reg. 4526).

17. AHCMPA – Livro 2 de Óbitos de Livres do Rosário, folha 101v.
18. AHCMPA – Livro 18 de Batismos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, p. 154.
19. AHCMPA – Habilitação Matrimonial – José Manoel Antônio & Maria Rita Leocádia da Silva, 1879 – 212, caixa 297.
20. AHCMPA – Livro 4 de Óbitos de Livres da Paróquia de Na. Sra. do Rosário, folha 130r; Livro 8 de Óbitos de Livres da Paróquia de Na. Sra. do Rosário, folha 12v; Livro 9 de Óbitos de Livres da Paróquia de Na. Sra. do Rosário, folha 91. Nos dois primeiros óbitos, os sacramentos foram ministrados pelo Padre Hildebrando de Freitas Pedrosa e, no de 1882, pelo Cônego José Joaquim da Purificação Teixeira.
21. CHC/SCMPA – Livro 18 de Óbitos de Livres, sepultura 2.130 do campo santo, conduzido à mão (reg. 33529).
22. AHRS – Fundo Eleições, códice EL-01.
23. A mesa de qualificação eleitoral reuniu-se em 30 de janeiro de 1865, no consistório da Catedral (AHRS – fundo Eleições, maço 1). Os leitores atentos devem ter notado, talvez, as incongruências relativas à idade de José Manoel Antônio Filho. Se, na carta de alforria de 1842 ele aparece com 16 anos, no processo de 1857, em que ele testemunha, tem também a mesma idade. Os dados das qualificações eleitorais de 1865 e 1880 remetem o seu nascimento a por volta de 1838/1839. Acreditamos que a idade com que ele aparece no documento de sua liberdade é o que mais destoa dos dados corretos sobre seu nascimento.
24. APERS – Cartório da Provedoria de Porto Alegre, maço 73, auto 2353, Testador: Frederico Padilha.
25. AHCMPA – Livro 5º de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folha 21.
26. AHCMPA – Habilitação Matrimonial – Frederico Padilha & Joaquina Antônia Dias, 1881, 131, caixa 32.
27. AHCMPA – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos, Livro 20, folha 30.
28. APERS – Sumários Júri de Porto Alegre, 1866 – processo n. 1093, maço 37; APERS – 1º Cartório Cível e Crime de Porto Alegre, processos n. 3603, maço 134, 1875.
29. AHCMPA – Habilitação Matrimonial – Florêncio Manoel Antônio & Rita Luiza de Jesus, 1874, 91, caixa 281.
30. APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 14 de Registros Diversos, folha 106, 02.03.1854.
31. João Marques da Cunha casou em 1849 com Amábíla Amália da Silva Barbosa e se suicidou-se em 5 de novembro de 1865, legando à sua viúva e filhos um patrimônio avaliado em 197:878\$544 réis, contendo uma pequena escravaria de 3

cativos crioulos: Vitória (30 anos – 1:200\$ réis), Joana (28 anos – 1:200\$ réis) e Leonor (10 anos – 600\$ réis). No mesmo ano de sua morte, João Marques da Cunha aparece com o n. 4 na lista de qualificação eleitoral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, atuando como negociante, casado e com 44 anos de idade e tendo como residência o 1º quarteirão daquela Paróquia.

32. APERS – 1º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, Transmissões e Notas livro 62, folha 65, 05.05.52. Se for ele o nosso personagem, então ele apadrinhou, no ano anterior ao de sua alforria, dois outros cativos. (01) – em 09.03.1851 – Raimundo – nascido em 21.02.1851, filho natural da crioula Inácia, escravizada de Dona Tereza de Azevedo, sendo madrinha a crioula Apolônia; (02) – em 07.12.1851 – Feliciano, nascido em 29.07.1851, filho natural da africana Joaquina, escravizada de Joaquim de Oliveira Maria Falcão, sendo madrinha Maria (escravizada de Francisco José Belo) (AHCMPA – Livro 7º de Batismos de Escravos da Paróquia de Nossa Madre de Deus, folha 16; Livro 1º de Batismos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, folha 150).

33. AHCMPA – Livro 2 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 21, Padre Vicente Zeferino Dias Lopes.

34. Esses personagens que estamos pesquisando, portanto, eram portadores

de “identidades atlânticas africanas reinventadas”. Em termos de uma perspectiva *transétnica*, podemos considerar nações como: Angola, Moçambique, Cabinda, Benguela, Congo, Mina, excessivamente genéricas, mas “algumas podem ter sido consideradas como identidades de abrangência mais ampla – nos termos do “guarda-chuva” étnico proposto por João José Reis – sob as quais algumas comunidades africanas se moveram” (SOARES; GOMES; GOMES, 2005, p. 28, 50). Ver: Soares (2000); Reis (1996).

35. CHC – SCMPA – Livro 3 de Óbitos de Livres, sepultura 813 de entremuros (reg. 5308); Livro 7 de Óbitos de Livres, sepultura 586 de entremuros, quadra dos contribuintes (reg. 11777). Por dentição: “Designam-se [...] todos os fenômenos que acompanham a saída dos dentes. [...] A dentição não se pode considerar uma moléstia, enquanto corre normalmente, ma um desenvolvimento natural, como o parto; porém podem sobrevir, assim como nesse, circunstâncias acidentais que a transformem em uma moléstia tornando-se perigosa para a vida. Desde modo, constitui-se uma causa frequente de enfermidade nas crianças, que cumpre nunca perder de vista” (LANGGAARD, I: 611).

36. AHCMPA – Livro 8º de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, folhas 8v/8r; Habilitação Matrimonial – 1881-279, caixa 303.

37. Supomos que Luiz Joaquim Pereira

- tenha morrido em 16 de novembro de 1874 e sepultado logo no dia seguinte. No registro de óbito, é descrito como de cor *preta*, casado, com 45 anos, sendo a causa da morte a pneumonia. Nosso receio em afirmar enfaticamente ser esse o nosso personagem é que ele é descrito como *natural desta província* (CHC/SCMPA – Livro 11 de Óbitos de Livres, sepultura 491 de entremuros, quadra dos contribuintes (reg. 17629).
38. AHCMPA – Livro 3º de Batismos de Pessoas Livres da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folhas 135.
39. AHCMPA – Livro 16 de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folha 98.
40. Sobre a *delegação da escrita*, ver: Weimer (2015); Pinto (2014).
41. AHCMPA – Batismos da Paróquia do Menino Deus de Porto Alegre, livro 1A (folhas 190 e 230).
42. CHC/SCMPA – Livro 14 de Óbitos de Livres, enterrada a 11.4.1877, sepultura n. 710 de entremuros, quadra dos contribuintes (reg. 20157); AHCMPA – Livro 6 de Óbitos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 76.
43. CHC/SCMPA – Livro 17 de Óbitos de Livres, sepultura n. 307 do 8º quadro de entremuros, conduzida a mão (reg. 25738).
44. AHCMPA – Livro 11 de Óbitos de Livres da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 24v; CHC/SCMPA – Livro 18 de Óbitos de Livres, enterrado a 11.1.1885, sepultura n. 204 do 2º quadro de entremuros, conduzido à mão (reg. 28627).
45. AHCMPA – Livro 1A de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folha 190.
46. CHC/SCMPA – Livro n. 10 de Óbitos de Livres, registro n. 15.548.
47. CHC/SCMPA – Livro 10 de Óbitos de Livres, enterrada a 7.11.1873, sepultura 876 de entremuros, quadra dos contribuintes (reg. 16334).